

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.565.397 - RS (2019/0248015-2)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : EDER DA SILVA CARDOSO
ADVOGADO : GILBERTO DA SILVA SILVEIRA E OUTRO(S) - RS049412
AGRAVADO : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA - RS074531A
SHERON GUTERRES DOS SANTOS - RS093996
JULIANA RECH SIEDSCHLAG E OUTRO(S) - RS091381

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE QUE NEGA SEGUIMENTO COM FUNDAMENTO NO ART. 1.030, I, DO NCPC. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

DECISÃO

EDER DA SILVA CARDOSO (EDER) ajuizou ação de indenização por danos morais contra OI S.A. (OI), alegando que seu nome fora indevidamente inscrito em cadastro de proteção ao crédito por dívida desconhecida.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, declarando a inexistência do débito no valor de R\$ 82,47 (oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos) (e-STJ, fls. 167/170).

Interposta apelação por EDER, o Tribunal Gaúcho negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 219):

APELAÇÃO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. INSCRIÇÃO NEGATIVA INDEVIDA. SÚMULA Nº 385 DO STJ. APLICABILIDADE. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADA. A Súmula n. 385 do Superior Tribunal de Justiça não tem aplicação restrita aos casos de ausência de notificação prévia da abertura de cadastro restritivo de crédito. Foi o que definiu a 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, em 27/04/2016, ao julgar o REsp 1.386.424, para os efeitos do artigo 1.036 do NCPC (art. 543-C do CPC/1973), firmando a seguinte tese: "A inscrição indevida comandada pelo credor em cadastro de inadimplentes, quando preexistente legítima anotação, não enseja indenização por dano moral, ressalvado o direito ao cancelamento. Inteligência da Súmula 385." Obrigação de indenizar não configurada na espécie, na medida em que o autor

Superior Tribunal de Justiça

contava com outras inscrições negativas ativas em seu nome à época da disponibilização da impugnada na lide.
APELAÇÃO DESPROVIDA.

Os embargos de declaração opostos por EDER foram rejeitados, com aplicação de multa (e-STJ, fls. 233/241).

Inconformado, EDER interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 6º, VI, 14, 39, III, IV, V, VI, 42, 43, §2º, 73 do CDC, 149, 150, 186, 927 do CC/02 e divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que a existência de anotações negativas anteriores não afasta o dever de indenizar pela inscrição indevida em cadastro de inadimplentes por dívida inexistente.

OI ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 279/297).

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal Gaúcho negou seguimento ao recurso especial com fundamento em recurso repetitivo e, quanto ao remanescente, inadmitiu o apelo nobre ante a incidência das Súmulas nºs 7, 518 do STJ e 284 do STF. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação dos referidos óbices.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 320/334).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Do agravo em recurso especial

Verifica-se que o TJRS, no juízo de admissibilidade exercido, negou seguimento ao recurso especial por entender que a configuração dos danos morais encontrava óbice em recurso repetitivo.

Assim, considerando o entendimento desta Corte, a hipótese é de não conhecimento do presente agravo, que versa unicamente acerca do cabimento dos danos morais no caso dos autos. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.

1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.

2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outra de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno.

3. Não se configura ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem, embora rejeite os embargos de declaração opostos, manifesta-se acerca de todas as questões devolvidas com o recurso e consideradas necessárias à solução da controvérsia, sendo desnecessária a manifestação pontual sobre todos os artigos de lei indicados como violados pela parte vencida.

4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015.

(AREsp 959.991, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELIZZE, Terceira Turma, J. 2/8/2016, DJe 25/8/2016).

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados

Superior Tribunal de Justiça

em desfavor de EDER, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC, observado, se o caso, o art. 98, § 3º do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

